

Memória de Reunião**Assunto:**

2ª Oitiva sobre Carcinicultura para o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura

Data:

28/10/2025

Início: 9:00h**Fim:** 12:00h**Local:** videoconferência com gravação**Relator:**

Victor Santos Lira da Nóbrega

DESENVOLVIMENTO:

1. Luciene Mignani, diretora do Departamento de Desenvolvimento e Inovação, e Secretária Nacional de Aquicultura, Fernanda de Paula, representando o Ministério da Pesca e Aquicultura, realizaram suas falas de abertura agradecendo as parcerias com a CNA e o Sebrae, e ressaltaram o objetivo da reunião, que foi apresentar sobre as contribuições recebidas pelos participantes da 1ª oitiva da carcinicultura, destinadas à elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura;
2. Warley Henrique da Silva (Sebrae) destacou a parceria MPA, Sebrae e CNA, ressaltando a importância do plano, que norteará boa parte das nossas ações e do direcionamento de esforços em termos de gestão de orçamento para os próximos anos. Enfatizou ainda que a participação e a escuta do setor produtivo são fundamentais, pois este é o momento de trazer propostas e soluções para que se construa um plano robusto e conectado com a realidade, com o que de fato acontece na ponta, com quem está produzindo e vivenciando o dia a dia da cadeia produtiva.
3. Kalinka Lessa Koza (CNA) também enfatizou a parceria entre o MPA, o SEBRAE e a CNA, destacando a importância de ouvir a cadeia produtiva para que seja possível traçar as melhores estratégias e caminhos a fim de alcançar os objetivos propostos. Ela ainda lembrou da oitiva presencial que ocorrerá durante a FENACAM.
4. Apresentação das pautas da reunião:
 1. Felipe Moraes (MPA) iniciou a reunião apresentando a ata da reunião anterior e os pontos principais discutidos. Os temas centrais ficaram entre: licenciamento ambiental, regularização fundiária, inovação, sanidade, e-commerce, competitividade do setor, as preocupações com a classificação do camarão como uma espécie exótica invasora, defesa da sustentabilidade financeira e fortalecimento institucional do setor. Destacou-se que a colaboração entre a academia e o setor produtivo se mostra essencial, incorporando conceitos de sustentabilidade e inovação, com destaque para a aquicultura regenerativa e as startups.
 2. Felipe Matias destacou que utiliza o que é chamado na administração de teoria dos stakeholders, explicando que esses atores podem ser da iniciativa privada, do governo, da sociedade civil e da academia — as quatro hélices. Também destacou que já houve mais de 500 contribuições de todo o setor da aquicultura para a elaboração do plano.
 3. Felipe Matias apresentou as contribuições enviadas após a 1ª reunião do setor da carcinicultura. O objetivo e escopo são apresentar uma sistematização das contribuições enviadas, fornecer base técnica para políticas públicas específicas e programas-piloto territoriais, realizar uma discussão e apoiar a formulação do PNDA com base nas características técnicas e produtivas da cadeia da carcinicultura.
 4. Houve contribuições de apenas quatro stakeholders, e as contribuições foram divididas em macrotemas. No primeiro macrotema, foi discutido o marco regulatório e a segurança

jurídica, além da regularização ambiental e fundiária. Normalmente, espera-se uma padronização nacional; no entanto, Felipe Matias relatou que uma unificação é impossível, pois cada estado tem sua própria exigência. Mas destacou a importância de trabalhar para que exista uma simplificação, permitindo que os produtores se formalizem e tenham acesso ao crédito. Felipe Matias ressaltou a importância de se ter um sistema de dados, classificando-os como “o novo petróleo”, e destacou que, com um sistema de dados, é possível conhecer o sistema produtivo, a produção e os dados dos produtores. Foi apresentada a proposta de um cadastro produtivo e sanitário unificado, com simplificação na renovação das licenças.

5. No segundo macrotema, foi apontada a existência de tecnologias maduras, como automação de monitoramento, sensores e controle alimentar de precisão. No entanto, grandes produtores têm acesso a essas tecnologias, diferentemente dos médios e pequenos produtores, que enfrentam barreiras como custo e capacitação. A difusão tecnológica é essencial para reduzir perdas e aumentar a competitividade. Felipe Matias enfatizou que a inovação não é somente a questão da automatização, mas fazer com que coisas novas cheguem até os produtores — e esse é o desafio.
6. Na questão da capacitação técnica, foi reconhecida a carência de assistência técnica especializada e contínua. Existem técnicos que atuam normalmente sobre projetos, e esses projetos têm início, meio e fim, o que gera descontinuidade. Foi, então, proposta uma rede permanente de capacitação e assistência técnica nos diversos polos produtivos, o que reduziria a dependência de uma assistência técnica episódica. Uma assistência técnica digital, em que, na visita inicial, se coletam dados que são levados para a Inteligência Artificial processar e gerar um plano de ação que o produtor deve atender; o extensionista acompanha e monitora esse processo, e isso vem apresentando resultados bastante efetivos. Outro ponto abordado nas contribuições foi a questão da sanidade e biossegurança, com o histórico de que doenças podem se espalhar rapidamente se não houver controle rigoroso. Foi sugerido um programa contínuo de vigilância sanitária, com amostragem regular, visando fortalecer também o controle sanitário nas larviculturas.
7. No 3º macrotema, foi abordada a questão do acesso ao crédito e garantias. Existem linhas específicas para o setor; no entanto, exigem garantias que pequenos e médios produtores não conseguem formalizar. Como sugestão, foi proposto que as garantias sejam compatíveis e os prazos adequados ao ciclo produtivo real do camarão. Também foram feitas sugestões sobre competitividade e comercialização, destacando a pressão sobre os custos (insumos, ração, energia) e as barreiras logísticas. A comercialização é fragmentada, com forte dependência dos intermediários, e hoje há novas tecnologias que podem minimizar essa dependência. Foi sugerida a organização coletiva em cooperativas para melhorar o poder de negociação, o que ainda representa um grande desafio. O desenvolvimento da rastreabilidade e da agregação de valor é uma demanda crescente, envolvendo a parte sanitária e a padronização dos produtos. Também foi proposta a criação de unidades regionais de processamento certificadas, consideradas prioridade estratégica.
8. Impactos das inovações e soluções propostas: geração e manutenção de empregos em regiões costeiras e rurais; melhoria da segurança alimentar regional; redução da pressão sobre os estoques naturais; desenvolvimento do mercado local com agregação de valor; elevação do nível tecnológico médio, com automação e controle ambiental. Riscos e pontos de atenção também foram destacados, como a vulnerabilidade sanitária, a dependência de poucas linhagens genéticas, a insegurança jurídica e a dificuldade de acesso ao crédito e aos mercados formais.
9. Soluções para salto de produtividade. Felipe Matias elencou os tópicos a seguir: criar marco regulatório nacional específico, reconhecendo a carcinicultura como atividade agropecuária aquícola consolidada; implantar programa nacional de regularização ambiental e fundiária; promover a desburocratização do licenciamento, com padronização de exigências técnicas; estabelecer linhas de crédito específicas, com garantias compatíveis e cronogramas alinhados aos ciclos de cultivo; financiar polos de processamento com inspeção oficial; criar rede permanente de capacitação técnica e biossegurança; e implantar o monitoramento

sanitário oficial, contínuo e preventivo. Também listou as tecnologias prontas para uso enviadas nas contribuições: monitoramento automatizado da água; alimentação de precisão; manejo nutricional ajustado dinamicamente; manejo microbiano (bioflocos e probióticos); automação operacional (aeração, alimentadores e controles remotos); padronização pós-colheita (beneficiamento próximo aos produtores); e rastreabilidade digital (desde a pós-larva até o beneficiamento).

10. Foi reconhecido o potencial econômico, social e alimentar da carcinicultura e da aquicultura brasileira em geral. No entanto, o setor ainda enfrenta gargalos estruturais que demandam ajustes e ações coordenadas. Entre os principais pontos destacados nas contribuições, foram elencados quatro parâmetros prioritários: segurança jurídica, como base para um ambiente regulatório estável e previsível; acesso ao crédito, essencial para investimentos e expansão produtiva; sanidade aquícola, com fortalecimento das práticas de biossegurança; e industrialização local, visando agregar valor e ampliar a competitividade. O próximo passo será a pactuação de um plano de implementação conjunto entre os entes federativos e as quatro hélices da inovação — governo, setor produtivo, academia e sociedade civil organizada —, com o objetivo de minimizar os gargalos identificados e promover um novo salto no desenvolvimento da aquicultura nacional.
11. Quando aberta para comentários sobre as contribuições, Luciene questionou sobre as tarifas de energia elétrica, que não estavam na apresentação; no entanto, Felipe Matias comentou que já as incluiu nas ações do plano. Quanto ao licenciamento ambiental, Luciene informou que há proximidade com os órgãos e que é preciso existir ações sobre o licenciamento no plano, consolidando-as junto aos órgãos ambientais, para desburocratizar.
12. Antônio Albuquerque apontou dois pontos principais: o licenciamento ambiental, devido às diversas legislações existentes que dificultam o licenciamento da carcinicultura, e a inclusão do camarão como espécie exótica, o que pode representar um retrocesso, pois muitas vezes se discute a simplificação. Quanto ao beneficiamento, destacou que é preciso alinhar as obrigações, principalmente no que se refere às estruturas físicas, e que são necessárias alterações na legislação.
13. Antonino Bezerra fez dois apontamentos. Citou a lei que incentivou a carcinicultura no estado, mencionando a lei de incentivo à interiorização da atividade, pela qual produtores com propriedades de até 15 ha poderão se legalizar de maneira simplificada. Sugeriu que isso seja feito de forma mais prática, usando o entreposto como exemplo. Propôs uma parceria com as entidades fiscalizadoras, pois, muitas vezes, cobra-se apenas nota fiscal, sem verificar o selo de inspeção.
14. Kalinka Koza afirmou que a CNA está trabalhando na regularização dos produtos comercializados da carcinicultura, malacocultura, entre outras. Informou também que estão acompanhando a MP 1300, que trata do desconto na tarifa de energia elétrica, e que foi feito um levantamento de custos indicando que, em algumas regiões, a energia representa até 30% dos custos de produção.
15. Felipe Matias enfatizou que o objetivo da 2ª oitiva é consolidar as informações de forma sistematizada, servindo de base para a construção da política pública e a definição de como operacionalizá-la por meio da inovação. Destacou a importância da implantação de projetos-piloto, pois resolver os problemas de forma nacional é difícil.
16. Alitene enfatizou que se deve focar na simplificação do licenciamento de empreendimentos e no marketing junto à população, quanto à imagem da atividade e do produto. Antonio sugeriu ações de publicidade, ressaltando que, devido a maus exemplos, a atividade às vezes é vista como degradadora do meio ambiente. Luciene citou que existem avanços e mudanças de visão quanto à atividade aquícola. Lídia exaltou a ideia de projetos-piloto regionais, para abarcar o contexto de cada região, devido às diferentes exigências.
17. Alan enfatizou, com base em uma pesquisa realizada por ele, que a falta de divulgação sobre mudanças na legislação fez com que muitos produtores, por desconhecimento, estivessem irregulares, mas que, após uma breve divulgação, houve um salto na atividade.

18. Luciene Mignani iniciou o encerramento, agradecendo a mobilização de todos os envolvidos e as contribuições, e lembrou da oitava presencial na FENACAM.
19. Kalinka e Warley agradeceram pela reunião e reforçaram o convite para encontrar os participantes na oitava presencial, a fim de discutir mais sobre as contribuições.

ENCAMINHAMENTOS:

- Felipe Matias ficará responsável por compilar e sintetizar as contribuições recebidas até a próxima oitava;
- Alguns participantes informaram que ainda enviarão suas contribuições;
- As contribuições poderão ser encaminhadas até dois dias antes da próxima reunião, sem prejuízo de inclusões posteriores;
- A próxima oitava ocorrerá no dia 13/11, de forma presencial na FENACAM 25, para validação das propostas.

1. Alan Dias Pragana - SEDAP/PA
2. Alberto Furtado Martins Junior - MPA
3. Alfredo Olivera Gálvez - RECARCINA
4. Alitieni Moura Lemos Pereira - EMBRAPA
5. Antonio Albuquerque - APCC
6. Antonino Bezerra - AKVA
7. Clederson Luciano Rodriguez Firmino - AKVA
8. Fábio Hudson Souza Soares - MPA
9. Felipe S. Moraes - MPA
10. João Henrique Cavalcante Bezerra - SFPA/CE
11. Juliana Ventorim Lemos - MPA
12. Kalinka Lessa Koza - CNA
13. Lídia Torquato da Silva - L2 Ambiental
14. Luciene Mignani - MPA
15. Luis Otavio Brito da Silva - UFRPE
16. Marcelo Carlos Catharin - MPA
17. Marco Izequiel dos Santos de Oliveira - MPA
18. Maylane Conceição dos Santos - SFPA/BA
19. Missileny de Jesus Xavier -SFPA/GO
20. Patricia Moraes Valenti - UNESP
21. Renata Melon Barroso Bertolini - EMBRAPA
22. Shayene Agatha Marzarotto - MPA
23. Ursula Suellem Coutinho Barreto Chetto - MPA
24. Victor Santos Lira da Nóbrega - MPA
25. Viviana Lisboa da Cunha - MPA
26. Warley Henrique da Silva - SEBRAE

Próxima Reunião: 13/11/2025		



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR SANTOS LIRA DA NÓBREGA, Engenheiro(a) de Aquicultura**, em 05/12/2025, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48699072** e o

código CRC **25FB3F0F**.

Referência: Processo nº 00350.009334/2025-35

SEI nº 48699072